

COMISSÃO MISTA DE ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS

(Constituída nos termos do art. 2º, do Decreto Legislativo nº 6, de 2020)

6º Boletim Semanal

3 de julho de 2020

Nesta semana será divulgado o sexto boletim semanal da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada à Covid-19. Esse documento tem o objetivo de atualizar os membros do Congresso Nacional sobre os principais acontecimentos com relação à pandemia e com relação à atuação da comissão.

Das Audiências

No dia 30 de junho, a Comissão Mista realizou audiência pública interativa com o Ministro da Economia, o Senhor Paulo Guedes. Na ocasião, foram discutidas as iniciativas do Governo Federal em resposta à pandemia da Covid-19.

Em sua fala, o Ministro destacou que o foco do Ministério é desenhar os programas de auxílio e apoio para salvar vidas e preservar os empregos. Atualmente, os valores dos programas já passaram de um trilhão de reais.

O Senhor Paulo Guedes iniciou sua fala com uma retrospectiva histórica da atuação do Governo no combate à pandemia e que, segundo ele, teria como marco inicial a liberação de R\$ 5 bilhões, após negociação com o Congresso Nacional em 11 de março.

O primeiro ponto de destaque da atuação do Governo Federal foi a “descoberta” de 38 milhões de invisíveis, que eram brasileiros de baixa renda que não tinham registro e que não se encontravam monitorados pelo Estado. São pessoas como o faxineiro, o vendedor de balas no sinal de trânsito, dentre outras. O Ministro antecipou que o governo já estuda a criação do Programa Verde e Amarelo, visando exatamente dar dignidade a essas pessoas que lutam em defesa da própria vida, da vida das suas famílias e que estão completamente desassistidas pelo Estado.

Com relação ao Auxílio Emergencial, o Ministro destacou que a atuação estatal colaborou para que, apesar da queda brutal na produção e no comércio, em função dos diversos auxílios, a massa salarial no Brasil tenha subido. O Brasil é um dos pouquíssimos países que conseguiu fazer a massa salarial subir. Há mais recursos circulando hoje do que havia quando começou a crise. Segundo

ele, atuação pública conseguiu atenuar o choque econômico que seria dado na economia caso não se tivesse agido com tanto empenho.

Ele informou ainda que haverá uma extensão do Auxílio Emergencial, mas lembrou que há um trade-off entre o valor do auxílio e o número de meses que a União é capaz de honrar. Além disso, lembrou que as estimativas iniciais com relação ao número de beneficiados foram amplamente superadas e isso tem impacto sobre o orçamento.

Outro ponto a se destacar foi a atuação junto a Estados e Municípios, que contou com a colaboração do Congresso Nacional. Inicialmente, foram transferidos R\$8 bilhões de reais do Fundo Nacional de Saúde direto para os fundos estaduais e municipais de saúde. Em seguida, mais R\$2 bilhões foram transferidos para o Sistema Único de Assistência Social. Posteriormente, mais R\$16 bilhões para o Fundo de Participação de Estados e Municípios. Embora a arrecadação da União tenha caído, o Governo Federal manteve os repasses no mesmo nível do ano passado, exatamente para que Estados e Municípios não sentissem tanto o impacto da queda do ICMS e do ISS.

Com relação ao mercado de crédito, o Ministro explicou que apesar da qualidade da equipe técnica do Governo, houve grande dificuldade no front de crédito em função do volume elevado de recursos demandados para capital de giro que, segundo o Ministro era quatro vezes o normal. Ou seja, mesmo com a expansão do crédito, o volume foi insuficiente para a demanda da sociedade, o que obrigou a equipe econômica a buscar outras formas de apoio.

Quando indagado sobre o papel do Governo Federal na coordenação das ações subnacionais, o Ministro reconheceu que está havendo um aprendizado, mas lembrou que em função da metodologia de repasse de recursos, é muito difícil que a União acompanhe a execução orçamentária dos entes subnacionais. Por outro lado, esse tipo de mecanismo proporcionou uma velocidade de repasse dos recursos bem elevada entre a União e os entes subnacionais.

Lembrou ainda que a metodologia utilizada no repasse de recursos pelo Congresso Nacional aos municípios pode trazer um empoçamento dos recursos pela incapacidade dos prefeitos em executarem os recursos. Atualmente esse empoçamento é da ordem de R\$ 26 bilhões.

O Ministro Paulo Guedes lembrou ainda o trabalho do Poder Executivo junto ao TCU no sentido de gerar melhores decisões, mas recordou que os órgãos de controle estaduais devem atuar, em nível regional para impedir desvios.

Quando questionado sobre as razões para o veto ao aumento dos servidores públicos, Guedes lembrou da assimetria entre um setor privado com elevado desemprego, empresas inadimplentes, interrupção das cadeias de produção e um setor público que foi pouco afetado pela crise. Nesse sentido, seria justo que, ao menos, os servidores não tivessem aumento salarial nesse período.

Lembrou ainda da decisão do Supremo Tribunal Federal que entendeu ser inconstitucional a redução de jornada dos servidores públicos, com redução de vencimentos.

Um dos pontos principais da fala do Ministro Paulo Guedes foi a necessidade de que o Congresso Nacional aprove, se possível nos próximos três meses, uma agenda de reformas estruturantes que possibilitem o país sair mais rapidamente da crise. As regulamentações se referem aos seguintes setores:

- Cabotagem;
- Setor elétrico;
- Gás natural;
- Petróleo;
- Tributária;
- Administrativa;
- Renda Brasil.

Com relação ao papel do Estado, Guedes se mostrou favorável a um Estado forte, porém não grande e obeso, caracterizado pela ineficiência e muitas vezes pela corrupção.

Ao ser indagado sobre as críticas que o país vem recebendo sobre o meio ambiente, Guedes afirmou ser favorável a medidas de proteção do meio ambiente, mas recordou que a pauta ambiental muitas vezes traz uma contradição de países que desmataram e agora cobram o não desmatamento. Além disso, essa pauta é usada muitas vezes para esconder interesses comerciais protecionistas dos países.

Quando indagado sobre a possibilidade de atuação do Banco Central, o Ministro informou que o país ainda não caiu no liquidity trap, na armadilha de liquidez, mas se ficar caracterizada a armadilha da liquidez e a pandemia se estender, aí se poderá estudar outras soluções.

Para concluir sua fala, o Ministro reforçou que a saída do Brasil é o capital humano, é utilizar os recursos do petróleo para produzir mentes brilhantes e preparadas para o futuro.

Já no dia 2 de julho, a Comissão Mista realizou audiência pública interativa com o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Senhor Glademir Aroldi. Foram discutidos os repasses feitos aos municípios e as execuções orçamentárias e financeiras para as ações de enfrentamento da Covid-19.

No início de sua fala relatou alguns apontamentos feitos com o Ministro da Economia, como a necessidade de recursos para a saúde. O Presidente da CNM relatou que, sempre quando há liberação de recursos, são elaboradas notas técnicas pelo CNM para orientarem os gestores locais quanto à maneira de utilização desses recursos e, então, evitarem problemas posteriores na prestação de contas.

Outro ponto discutido com o Ministro foi a recomposição do fundo de participação dos municípios e dos estados. Houve já recomposição de março, abril, maio e nos próximos dias deverá haver a recomposição do mês de junho. Em sua fala, entretanto, falou da importância da ampliação do prazo de recomposição até o mês de dezembro. Nesse contexto, ressaltou o mérito do projeto de lei nº 1161, de 2020, do Deputado Efraim Filho, que concede auxílio financeiro emergencial aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para reforço dos fundos de participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal. Esse projeto de lei também suspende obrigações desses entes devido aos efeitos financeiros provocados pela emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da Covid-19.

O terceiro item tratado com o Ministro Paulo Guedes, que tem preocupado muito o movimento municipalista brasileiro, é a dívida com a previdência no valor de 50 bilhões de reais. Nesse contexto, cobrou o recebimento do crédito que têm junto à Previdência Social do Brasil. Falou da necessidade de instalação de Comitê pela União para tratar dessa dívida previdenciária. Outra questão abordada foi uma linha de crédito para financiamento para pagamento de precatórios. Os municípios têm uma dívida de 40 bilhões de reais com precatórios. Indiretamente, essa linha de crédito seria responsável por um valor expressivo que seria jogado na economia brasileira à medida que fossem utilizados pelos credores durante a pandemia.

O Senhor Glademir Aroldi também ponderou sobre a alta demanda no âmbito da Assistência Social. Relatou que tem trabalhado diretamente com a equipe do Ministro da Cidadania. Acordaram com o Governo a liberação de 2,5 bilhões para os programas de assistência. Desse valor, 1,3 bilhões já foram liberados. Entretanto, o Presidente da CNM também mencionou que houve redução de 1,3 bilhões entre o Orçamento de 2019 e o de 2020 para as ações continuadas da Assistência Social. Assim, estão discutindo com o Ministério da Cidadania a recomposição desse orçamento.

Ademais, demonstrou preocupação com os problemas sociais decorrentes da pandemia que continuarão pelo ano de 2021, necessitando de um aumento no orçamento para a Assistência Social. O Senhor Glademir Aroldi também reclamou da atuação do Ministério da Saúde e falta de alinhamento de ações liderada pelo Governo Federal. Além da queda brutal da arrecadação, os gestores estão sofrendo com a falta de uma coordenação central quanto às medidas de isolamento. O Senhor Glademir Aroldi também falou de sua preocupação com a incapacidade da maioria dos municípios, a partir de outubro, de cumprir sua folha de pagamento. Ao término de sua fala, mencionou um estudo que estima uma perda de arrecadação de 74 bilhões de reais até o final do ano, e o apoio financeiro será só de 23 bilhões.

Da Execução Orçamentária e Financeira

O total de despesas orçamentárias federais autorizadas para o combate à Covid-19, em 1/7/2020, alcançou R\$ 506,1 bilhões (7,3% do PIB), com pagamentos acumulados de R\$ 211,4 bilhões (41,8% do autorizado). Desse total, R\$ 505,8 bilhões dizem respeito a créditos extraordinários abertos por 27 medidas provisórias editadas pelo Presidente da República. O detalhamento dessas informações é apresentado nas tabelas que integram o Anexo deste Relatório.

Destaca-se que cerca de metade do valor total autorizado diz respeito ao auxílio emergencial, também conhecido como coronavoucher, que já conta com R\$ 254,2 bilhões no orçamento da União. Esse valor inclui os R\$ 101,6 bilhões oriundos do crédito extraordinário aberto pela Medida Provisória nº 988, de 30/6/2020, editada para viabilizar a prorrogação do auxílio por mais dois meses (julho e agosto), tendo em vista que os recursos anteriormente consignados destinaram-se aos três meses originalmente programados (abril, maio e junho).

A incerteza quanto à duração e magnitude do auxílio emergencial passou a representar fator crítico em relação à sustentabilidade fiscal das medidas de combate à Covid-19, cabendo ressaltar que, para 2020, a Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado já projeta deficit primário do governo central de 12,7% do PIB e dívida bruta do governo geral de 96,1% do PIB. A situação fiscal da União pode ser tornar ainda mais crítica em face do debate público sobre a criação de um novo programa de transferência de renda, em caráter permanente, no pós-pandemia. Em que pese o caráter meritório de uma medida dessa natureza, restaria em aberto o desafio de encontrar as fontes de financiamento para as diversas propostas cogitadas, que poderiam implicar despesas adicionais que variam de R\$ 33 bilhões a R\$ 918 bilhões ao ano.

A execução dos gastos da União demonstra que até 3 de julho, dos R\$ 506,10 bilhões previstos, R\$ 211,4 bilhões já tinham sido pagos pela União, o que representa aproximadamente 42% do total estimado.

<i>Tabela 01 – Gastos da União com Covid-19</i>

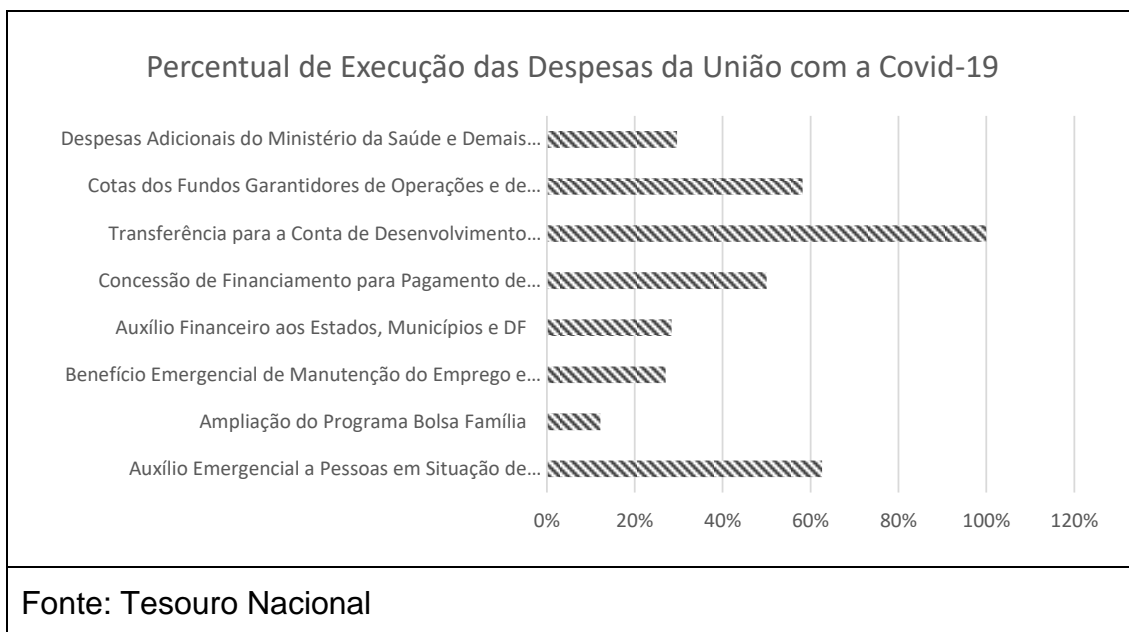
	fev/20	mar/20	abr/20	mai/20	12-jun-20	19-jun-20	26-jun-20	3-set-20
Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Previsto	-	-	123,92	152,64	152,64	152,64	152,64	254,24
Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade - Pago	-	-	35,78	76,86	76,99	95,53	95,57	121,79
Percentual pago	0%	0%	29%	50%	50%	63%	63%	48%
Ampliação do Programa Bolsa Família - Previsto	-	3,04	3,04	3,04	3,04	3,04	3,04	3,04
Ampliação do Programa Bolsa Família - Pago	-	-	0,11	0,26	0,26	0,37	0,37	0,37
Percentual pago	0%	0%	4%	9%	9%	12%	12%	12%
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda - Previsto	-	-	51,64	51,64	51,64	51,64	51,64	51,64
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda - Pago	-	-	0,33	6,83	9,82	11,12	11,72	13,94
Percentual pago	0%	0%	1%	13%	19%	22%	23%	27%
Auxílio Financeiro aos Estados, Municípios e DF - Previsto	-	-	16,00	16,00	76,19	76,19	76,19	76,19
Auxílio Financeiro aos Estados, Municípios e DF - Pago	-	-	1,03	1,97	1,97	21,64	21,64	21,64
Percentual pago	0%	0%	6%	12%	3%	28%	28%	28%
Concessão de Financiamento para Pagamento de Folha Salarial - Previsto	-	-	34,00	34,00	34,00	34,00	34,00	34,00
Concessão de Financiamento para Pagamento de Folha Salarial - Pago	-	-	17,00	17,00	17,00	17,00	17,00	17,00
Percentual pago	0%	0%	50%	50%	50%	50%	50%	50%
Transferência para a Conta de Desenvolvimento Energético - Previsto	-	-	0,90	0,90	0,90	0,90	0,90	0,90
Transferência para a Conta de Desenvolvimento Energético - Pago	-	-	0,40	0,65	0,90	0,90	0,90	0,90
Percentual pago	0%	0%	44%	72%	100%	100%	100%	100%
Cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito - Previsto	-	-	-	15,90	35,90	35,90	35,90	35,90
Cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito - Pago	-	-	-	-	15,90	15,90	20,90	20,90
Percentual pago	0%	0%	0%	0%	44%	44%	58%	58%
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios - Previsto	0,01	5,49	23,53	45,33	49,87	49,87	49,88	50,19
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios - Pago	-	1,04	5,79	10,24	12,94	13,26	14,55	14,86
Percentual pago	0%	19%	25%	23%	26%	27%	29%	30%
TOTAL - Previsto	0,01	8,53	253,03	319,45	404,18	404,18	404,19	506,10
TOTAL - Pago	-	1,04	60,44	113,81	119,88	175,72	182,65	211,40
TOTAL - Percentual pago	0%	12%	24%	36%	30%	43%	45%	42%

Fonte: Tesouro Nacional

Desse total, apenas a transferência de recursos para a Conta de Desenvolvimento Energético tinha sido integralmente paga. Dos demais programas, a concessão de financiamento para pagamento de folha salarial já tinha executado cerca de 50% do valor previsto, ou R\$ 17,0 bilhões. O Auxílio Emergencial a pessoas em situação de vulnerabilidade também já tinha executado aproximadamente 48% do previsto, ou R\$ 121,79 bilhões.

No extremo oposto, há programas com baixa execução, como as despesas adicionais do Ministério da Saúde e demais ministérios, cujo valor pago de R\$14,86 corresponde a apenas 30% do total previsto.

Tabela 2 - Percentual de Execução das Despesas da União com a Covid-19



Da Saúde Pública

Nesta semana, o Ministério da Saúde liberou R\$ 11,3 bilhões para os 5.570 municípios e R\$ 2,5 bilhões para os estados. Foram utilizados para a definição dos valores a serem destinados a cada município o tamanho da população e a média de recursos transferidos para atenção hospitalar e atenção básica no ano passado. Já para a distribuição de recursos aos estados, foi utilizado, além do critério populacional, o número de leitos de UTI registrado nos planos de contingência preparados pelos estados para enfrentamento da pandemia, bem como a taxa de incidência da Covid-19 por 100 mil habitantes.

Já com o objetivo de regular o abastecimento de medicamentos de UTI, o Ministério da Saúde iniciou no dia 18 de junho uma cotação para realizar uma compra internacional. Outra ação do órgão foi a requisição administrativa de 21 medicamentos. Inicialmente foi verificado junto à indústria farmacêutica o excedente de medicamentos. Assim, fizeram a requisição sem correr riscos de desabastecer o mercado e de comprometer os contratos já existentes.

Sobre os dados da Covid-19 no Brasil, eram 978.142 casos diagnosticados e 47.748 mortes no dia 19 de junho de 2020. Já no dia 3 de julho, são 1.539.081 casos acumulados e 63.174 óbitos desde o primeiro caso registrado no dia 26 de fevereiro.

Tabela 3 – Evolução dos casos de Covid-19 no Brasil

	01/mar/20	01/abr/20	01/mai/20	01/jun/20	12/jun/20	19/jun/20	26/jun/20	02/jul/20
Casos Totais	2	6.840	91.604	526.447	828.810	978.142	1.228.114	1.539.081
Casos recuperados					365.063	482.102	673.729	868.372
% do total	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	44,0%	49,3%	54,9%	56,4%
Casos em acompanhamento					421.919	448.292	499.414	607.535
% do total	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	50,9%	45,8%	40,7%	39,5%
Mortes	0	242	6354	29937	41.828	47.748	54.971	63.174
% do total	0,0%	3,5%	6,9%	5,7%	5,0%	4,9%	4,5%	4,1%

Fonte: Ministério da Saúde

Das Políticas de Crédito

A Tabela 4 demonstra o status das medidas implementadas pelo Banco Central.

Tabela 4 – Medidas de combate aos efeitos da Covid-19

Medida	Impacto potencial	Status
Liberação de liquidez		
Compulsório + Liquidez de curto-prazo (LCR)	135 bi	Concluída
Liberação de adicional de compulsório	70 bi	Concluída
Flexibilização de LCA	2,2 bi	Concluída
Empréstimo com lastro em LF garantidas	670 bi	Em andamento
Compromissadas com títulos soberanos brasileiros	50 bi	Concluída
Novo DPGE	200 bi	Em andamento
Empréstimos com lastro em debêntures	91 bi	Concluída
Alteração no cumprimento do compulsório de poupança	55,8 bi	Em andamento
Total	1.274	
% do PIB	17,50%	
Liberação de capital		
Overhedge	520 bi	Concluída
Redução do ACCP	637 bi	Concluída
Redução do requerimento de capital para operações de crédito a pequenas e médias empresas	35 bi	Concluída
Redução do requerimento de capital das instituições de pequeno porte	16,5 bi	Concluída
Redução do requerimento de capital nas exposições de DPGE-DI	12,7 bi	Em andamento
Total	1.221 bi	
% do PIB	16,70%	
Dispensa de provisionamento por pactuação	3.200 bi	Em andamento
Outras medidas		
Linha de swap de dólar com Fed	US\$ 60 bi	Em andamento
% do PIB	4,10%	
Criação de linha de crédito especial para PMEs (PESE)	40 bi	Em andamento
% do PIB	0,50%	

Fonte: Banco Central

Com relação à concessão de crédito, a tabela 5 demonstra a dinâmica deste indicador desde o início da pandemia

Tabela 5 – Evolução da concessão de crédito para pessoas físicas e jurídicas durante a Covid-19

CONCESSÕES SEMANAIS – PESSOAS JURÍDICAS			CONCESSÕES SEMANAIS – PESSOAS FÍSICAS		
R\$ bilhões			R\$ bilhões		
Semana	2019	2020	Semana	2019	2020
1	23,4	34,2	1	8,6	10,5
2	18,1	20,9	2	13,3	14,8
3	20,6	23,4	3	12,7	14,4
4	18,9	26,0	4	10,9	13,2
5	26,4	27,5	5	11,8	13,4
6	20,7	25,7	6	12,4	14,8
7	21,9	26,4	7	14,9	15,9
8	24,5	33,8	8	12,6	16,6
9	32,0	41,2	9	11,7	14,8
10	31,8	30,4	10	13,2	14,2
11	21,8	38,4	11	15,0	16,9
12	23,9	52,0	12	12,8	14,3
13	41,6	52,1	13	11,9	11,1
14	22,2	34,2	14	10,8	11,4
15	20,1	32,3	15	13,6	13,0
16	23,9	31,0	16	13,7	16,1
17	24,9	29,8	17	11,9	14,7
18	31,5	34,8	18	12,3	12,2
19	24,8	30,1	19	14,0	14,5
20	23,0	26,3	20	12,8	15,0
21	26,6	24,4	21	12,0	12,5
22	31,6	30,8	22	11,7	12,2
23	25,0	24,9	23	12,5	12,7
24	25,0	26,0	24	14,7	16,1
25	29,7	23,6	25	14,3	14,7

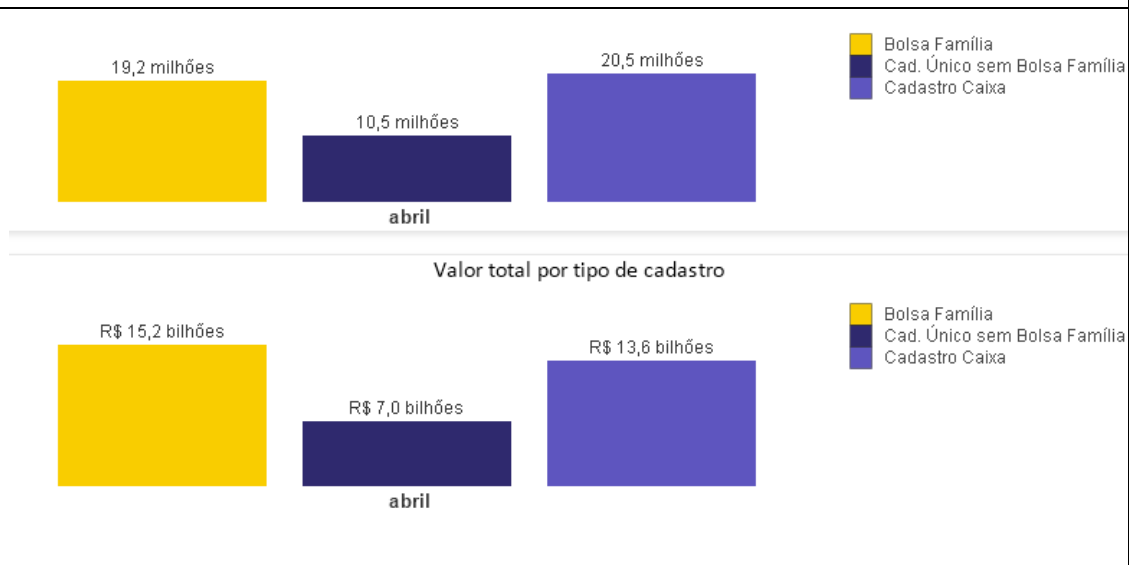
Fonte: Banco Central

Com relação ao Programa Emergencial de Emprego (PESE), instituído pela Medida Provisória nº 944, de 2020, até o dia 15 de junho, já tinham sido beneficiados 1,834 milhão de trabalhadores, com um valor financiado de R\$ 4,1 bilhões

Dos Programas Sociais

Com relação aos programas sociais, foram pagos R\$ 76,9 bilhões para 58,5 milhões de pessoas. O gráfico 1 abaixo ilustra os pagamentos e beneficiários, por tipo de cadastro.

Gráfico 1 – Auxílio Emergencial



Fonte: TCU/Ministério da Cidadania

Tabela 6 – Medidas provisórias editadas para o enfrentamento da Covid-19

MP	Valor da MP - R\$ 1,0	Órgãos
921	11.287.803,0	Ministério da Defesa
924	5.099.795.979,0	Ministérios da Saúde e da Educação
929	3.419.598.000,0	MCTIC, MRE, Defesa e Cidadania
935	51.641.629.500,0	Ministério da Economia
937	98.200.000.000,0	Ministério da Cidadania
939	16.000.000.000,0	Transferências a estados e municípios
940	9.444.373.172,0	Ministério da Saúde
941	2.113.789.466,0	Ministérios da Saúde, da Educ. e da Cidadania
942	639.034.512,0	Pres. Rep., Educ., MJSP, MMFDH
943	34.000.000.000,0	Operações Oficiais de Crédito
947	2.600.000.000,0	Ministério da Saúde
949	900.000.000,0	Ministério das Minas e Energia
953	2.550.000.000,0	Ministério da Cidadania
956	25.720.000.000,0	Ministério da Cidadania
957	500.000.000,0	Ministério da Cidadania
962	418.800.000,0	Min. C&T e MRE
963	5.000.000.000,0	Operações Oficiais de Crédito
965	408.869.802,0	MJSP
967	5.566.379.351,0	Ministério da Saúde
969	10.000.000.000,0	Ministério da Saúde
970	29.058.260.654,0	Ministérios da Saúde e da Cidadania
972	15.900.000.000,0	Encargos Financeiros da União
976	4.489.224.000,0	Ministério da Saúde
977	20.000.000.000,0	Encargos Financeiros da União
978	60.189.488.452,0	Transferências a estados e municípios
985	300.000.000,0	Ministério da Defesa
988	101.600.000.000,0	Ministério da Cidadania
TOTAL	505.770.530.691,0	

Fonte: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>

Tabela 7 – Execução orçamentária e financeira por Ações

R\$ milhões

Ações Orçamentárias		Dotação	Empenhado		Liquidado		Pago	
			Valor	%	Valor	%	Valor	%
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (MPVs)		505.770,5	306.611,2	60,6%	211.398,1	41,8%	211.333,2	41,8%
00S4	Auxílio Emergencial de Proteção Social a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, Devido à Pandemia da COVID-19	254.240,0	123.883,6	48,7%	121.787,8	47,9%	121.787,8	47,9%
00S7	Auxílio Financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios relacionado ao Programa Federativo de Enfrentamento à Covid-19	60.189,5	60.189,5	100,0%	15.036,7	25,0%	15.036,7	25,0%
21C2	Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	51.641,6	30.090,0	58,3%	13.944,4	27,0%	13.944,4	27,0%
21C0	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus	44.503,6	16.818,0	37,8%	14.460,4	32,5%	14.395,6	32,3%
00S5	Concessão de Financiamentos para o Pagamento da Folha Salarial, devido à Pandemia do COVID-19	34.000,0	34.000,0	100,0%	17.000,0	50,0%	17.000,0	50,0%
00ED	Integralização de cotas do Fundo Garantidor de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas para o Programa Emergencial de Acesso a Crédito	20.000,0	5.000,0	25,0%	5.000,0	25,0%	5.000,0	25,0%
00S3	Auxílio Financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para Compensação da Variação Nominal Negativa dos Recursos Repassados pelo Fundo de Participação	16.000,0	16.000,0	100,0%	6.607,1	41,3%	6.607,1	41,3%
00EE	Integralização de cotas no Fundo Garantidor de Operações (FGO) para o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe)	15.900,0	15.900,0	100,0%	15.900,0	100,0%	15.900,0	100,0%
0454	Financiamento da Infraestrutura Turística Nacional	5.000,0	454,2	9,1%	388,5	7,8%	388,5	7,8%
8442	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)	3.037,6	3.037,6	100,0%	369,3	12,2%	369,3	12,2%
00NY	Transferência de Recursos para a Conta de Desenvolvimento Energético (Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002)	900,0	900,0	100,0%	900,0	100,0%	900,0	100,0%
20TP	Ativos Cíveis da União	320,1	320,1	100,0%	3,9	1,2%	3,9	1,2%
212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)	20,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	18,1	18,1	100,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
DEMAIS AÇÕES		328,5	166,6	50,7%	42,5	12,9%	27,3	8,3%
TOTAL GERAL		506.099,0	306.777,8	60,6%	211.440,6	41,8%	211.360,5	41,8%

Data da última extração do SIAFI: 1/7/2020.

Tabela 8 – Execução orçamentária e financeira por Órgãos

R\$ 1

Órgão	Dotação	Empenhado	Liquidado	Pago
MINISTERIO DA CIDADANIA	260.377.720.957,0	129.250.584.909,8	124.140.294.988,4	124.140.031.035,3
MINISTERIO DA ECONOMIA	197.743.507.253,0	161.179.808.100,1	73.488.428.695,4	73.488.423.815,4
MINISTERIO DA SAUDE	39.325.770.022,0	13.800.658.412,6	11.989.245.268,9	11.948.628.943,0
MINISTERIO DO TURISMO	5.000.000.000,0	454.205.117,4	388.467.676,5	388.467.676,5
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	900.000.000,0	900.000.000,0	900.000.000,0	900.000.000,0
MINISTERIO DA EDUCACAO	823.092.126,0	514.537.470,1	187.362.201,3	161.858.285,7
MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA	640.176.451,0	177.758.774,5	81.259.455,9	79.318.865,1
MINISTERIO DA DEFESA	601.644.640,0	222.444.905,9	97.627.200,5	93.085.038,6
MINIST. DA C&T, INOV.E COMUNICACOES	453.476.250,0	98.679.975,4	42.190.169,6	42.190.169,6
MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	128.000.000,0	83.453.522,9	79.174.650,2	79.174.650,2
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	55.348.791,0	53.072.117,4	10.634.974,9	5.875.390,4
MINIST. MULHER, FAMILIA E DIREITOS HUMANOS	50.055.000,0	42.524.212,7	35.906.552,8	33.436.781,9
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO	100.000,0	9.401,4	1.953,3	1.953,3
MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA	100.000,0	21.174,6	965,6	965,6
TOTAL GERAL	506.098.991.490,0	306.777.758.094,7	211.440.594.753,2	211.360.493.570,6

Data da última extração do SIAFI: 1/7/2020.

Tabela 9 – Execução orçamentária e financeira por Fontes de Recursos

R\$ 1

Fontes	Dotação	Empenhado	Liquidado	Pago
TITULOS DE RESPONSABILID.DO TESOIRO NACIONAL	240.531.101.768,0	83.624.967.197,7	38.097.642.740,4	38.094.277.084,6
RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	148.723.956.876,0	129.092.020.809,5	124.872.481.152,9	124.827.946.018,1
RECURSOS FINANCEIROS DE LIVRE APLICACAO	62.097.408.307,0	56.970.404.096,2	22.371.574.401,0	22.370.473.286,9
RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	32.418.800.000,0	27.526.038.052,9	17.411.272.166,1	17.411.272.166,1
REC.DEST.AS ATIVIDADES-FINS SEGURIDADE SOCIAL	12.564.607.357,0	6.156.325.806,1	5.684.808.412,3	5.658.690.668,9
RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	8.543.855.291,0	2.399.705.411,7	1.996.222.592,3	1.991.360.596,5
REC.ORIUNDOS DE LEIS OU ACORDOS ANTICORRUPCAO	1.143.941.554,0	1.001.941.554,0	1.001.941.554,0	1.001.941.554,0
RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	30.402.498,0	0,0	0,0	0,0
TX/MUL.P/PODER DE POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD	24.792.000,0	1.448.300,3	1.225.982,7	1.224.623,9
REC.PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	11.381.301,0	415.770,1	297.773,3	297.773,3
REC.PROPRIOS PRIMARIOS APLICACAO ESPECIFICA	5.300.000,0	1.575.231,0	212.113,1	93.933,3
RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	3.444.538,0	2.915.865,3	2.915.865,3	2.915.865,3
TOTAL GERAL	506.098.991.490,0	306.777.758.094,7	211.440.594.753,2	211.360.493.570,6

Data da última extração do SIAFI: 1/7/2020.

Tabela 10 – Execução orçamentária e financeira por Identificador de Resultado Primário

R\$ 1

Identificador de Resultado Primário	Dotação Atualizada	Empenhado	Liquidado	Pago
Despesas Primárias Discricionárias	332.541.451.808,0	159.945.421.212,8	155.525.284.466,6	155.458.587.942,4
Despesas Primárias Obrigatórias	132.336.828.865,0	110.635.124.859,1	36.897.074.161,2	36.884.089.056,2
Despesas Financeiras	39.000.000.000,0	34.454.205.117,4	17.388.467.676,5	17.388.467.676,5
Despesas Primárias decorrentes de Emendas de Bancada	2.113.789.466,0	1.737.577.301,8	1.624.464.048,7	1.624.045.854,0
Despesas Primárias decorrentes de Emendas de Comissão	83.179.351,0	1.996.040,0	1.996.040,0	1.996.040,0
Despesas Primárias decorrentes de Emendas de Mérito do Relator-Geral	23.742.000,0	3.433.563,6	3.308.360,3	3.307.001,5
TOTAL GERAL	506.098.991.490,0	306.777.758.094,7	211.440.594.753,2	211.360.493.570,6

Data da última extração do SIAFI: 1/7/2020.